

# A Castro e a morte da memória: Joaquim José Sabino, poeta e burocrata em circulação pelo Atlântico (1790-1840)

Romário Sampaio Basílio

Universidade Nova de Lisboa  
Lisboa – Portugal  
rsb@campus.fcsh.unl.pt

---

**Resumo:** Neste trabalho exponho os resultados de uma investigação<sup>1</sup> que acompanha a trajetória do português Joaquim José Sabino no Império Luso-brasileiro em finais do século XVIII, até primeiro quartel do Oitocentos, e seus movimentos pelo Atlântico. Os extratos resgatados demonstram a articulação do sujeito com o campo intelectual onde estava inserido e, para além disso, as suas ações podem ser definidas dentro de uma cultura burocrática e literária da primeira metade do século XIX. Na crise do Antigo sistema colonial, esses “burocratas ilustrados” apresentaram, nos seus campos de atuação, um largo conjunto de escritos memorialísticos, ensaísticos, poéticos e dramáticos que foram colocados a serviço de seus interesses pessoais, mas também de grupo. Muitos desses escritos permaneceram em manuscrito e foram postos em circulação pelo Império, enviados a autoridades; outros chegaram aos prelos, tendo sido os seus objetivos, nem sempre intelectuais, alcançados com mercês, reconhecimento ou mesmo interlocução com membros da administração colonial. Ao nível das proposições e dos problemas, as questões colocadas referem-se a uma tentativa, nos diversos campos, de perceber as hierarquias políticas e intelectuais e os usos sociais da escrita, numa sociedade com limitado acesso às mínimas letras.

**Palavras-chave:** Maranhão. Portugal. Memórias. Poesia. Memória.

---

## Introdução

O Romantismo português produziu representações diversas sobre Inês de Castro e o seu lamentado destino, agora recolhido por buscas de veracidade em Alexandre Herculano (1846) e Oliveira Martins (1879), em momentos-chave de narrativas científicas nacionais<sup>2</sup>. No entanto, ainda no rescaldo dos árcades setecentistas e da sua poética reverberada até aos tradicionais poetas do Oitocentos, o caso do desenrolar dos acontecimentos com os tradicionais

---

<sup>1</sup> Este trabalho resgata, com modificações, o capítulo três da tese de mestrado: BASÍLIO, Romário S. “*Burocratas ilustrados*” no Império Luso-brasileiro: ensaios de sociologia histórica da biografia (Maranhão, 1780-1820). Tese de mestrado. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, 2016, p.78-96. Esta pesquisa conta com apoio financeiro da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

<sup>2</sup> A par de diversas menifestações anteriores, c.f. RESENDE, Garcia de (1516). *Cancioneiro Geral*: com privilégio. Foi ordenado e emendado por Garcia de Resende fidalgo da casa del Rey nosso senhor e escrivão da fazenda do príncipe. Lisboa: 1516, V, 357-364; CAMOES, Luís de (1572). 1524-1580. *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de António Gonçalves, 1572, p.58 et. seq. FERREIRA, António (1587). *A Castro*. Coimbra, 1915 (ed. Mendes dos Remédios); MARTINS, Oliveira (1879). *História de Portugal*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1882, tomo I, p.100-126.

personagens relatados por Fernão Lopes (1735) na sua *Crónica de D. Pedro* encontrará no primeiro quartel do século XIX mais uma representação, para além das já conhecidas: *Nova Castro, tragédia* publicada em 1818 em Lisboa por Joaquim José Sabino (1818), bacharel por Coimbra.

No seu prólogo onde o autor apresenta defesas e críticas, Sabino avalia os dois principais poetas que escreveram antes dele, António Ferreira e Domingos dos Reis Quita; sobre o primeiro elogia as métricas e frases, mas diz ter ligado mal as cenas e sobre o último elogia as boas passagens, mas considera que no manejo ficou abaixo de Ferreira. Sobre as duas versões francesas que saíram diz não achar nelas “o sublime” e que qualquer historiador de catástrofes faria “mais sensação” que as duas que havia lido<sup>3</sup>. O padrão que parece ser perseguido pelo poeta, diz ele no prólogo, é de “Racine na poesia, Corneille nas paixões e Voltaire no manejo dos sentimentos”. Para anunciar que lançaria um outro folheto, o bacharel diz que o historiador narra o real com a fidelidade da história e que o poeta deve fazer o mesmo, a não ser pela liberdade da imaginação, acrescentando e emendando quando achar necessário (SABINO, 1818, p. 3-5).

A tragédia de Sabino, sujeito que me serve de razão para seguir a linha interpretativa que vou operar, não parece possuir, em confronto a outros poetas que já se haviam versado sobre o mesmo tema antes dele, elementos de brilhantismo ou de destaque que não sejam aqueles já analisados por Maria Leonor Machado de Sousa (1984)<sup>4</sup>. Segundo ela, que insere a obra do bacharel nas linhas do teatro pré-romântico em Portugal, ainda em corrente influência das últimas décadas do Setecentos, a *Castro* do Bacharel pode ser lida pelo vocabulário do terror com que ficou marcada a literatura europeia do período; a diferença reside no facto de Sabino ter dado maior atenção às crônicas, facto destacado pelo rigor histórico da sua tragédia, e que estava inserido no movimento de resgate estético de uma dimensão literária nacional, e que acompanhava também os memorialistas do período, com as suas preocupações com as notícias históricas<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Destaca-se, além das citadas por Sabino, *Reinar después de morir* (1652) de Luis Vélez de Guevara; *Nise lastimosa* (1577) do galego Jerónimo Bermúdez, inspiradas da obra de Ferreira; de Tirso de Molina, *Siempre ayuda la verdad* (1635); *Inês de Castro: tragédie* (1723) por M. Houdart de La Motte; de Manuel José de Paiva, *Só o amor faz impossíveis* (1764) e a de João Baptista Gomes Júnior, *Nova Castro*, publicada em Lisboa em 1806. Para um percurso de Inês de Castro na literatura portuguesa ver SOUSA, 1984.

<sup>4</sup> O primeiro ao levantar essa noção sobre a tragédia de Sabino foi Innocência no seu *Dicionário* que, ao levantar as obras publicadas pelo bacharel, diz “[sobre algum brilhantismo] a bons juizes tenho ouvido que ficou bem longe de o conseguir”. Sobre outros escritos de Sabino, que comentarei ainda neste texto, não faz menções tão elogiosas quanto (SILVA, 1858, p. 111-112). Sacramento Blake (1883, p. 176) apenas repete as informações de Innocência dando informações sobre outros impressos e manuscritos (SOUSA, 1894, p. 46-50).

<sup>5</sup> Como já demonstrou Laureano Carreira (1993), o teatro pombalino já dava sinais de movimentação que acompanhava as demais iniciativas de reforma na órbita da Universidade de Coimbra sob novos estatutos. Os egressos dessa instituição estiveram também inseridos no desenrolar desse processo, como Sabino e suas obras

No entanto, a ênfase dada aqui a algumas epístolas e versos avulsos que Sabino faz circular pelo Império, seja pela via impressa ou manuscrita, não é apenas para destacar o peso da dimensão poética e erudita do bacharel, mas sim para inserir o “talento” do burocrata nos movimentos gerados pelos usos sociais que ele faz da sua poesia. E parece que as suas construções líricas estavam imersas tanto nos movimentos literários da sua época, como prática de letrados muitas vezes isentos de algum laivo de inspiração, como também possuíam objetivos que não eram necessariamente a glória imortal dos cânones literários. A documentação, pelo contrário, demonstra a elogiosa adulação, a crítica velada por um vocabulário pouco acessível e até mesmo como denúncia, gerando não poucos problemas para o bacharel.

---

poéticas. A *Nova Castro* não fora a primeira aventura do bacharel nos prelos do teatro dramático. Anos antes, ainda a viver em Portugal, Sabino havia impresso *Polícena, Tragédia portuguesa* (1791). Sem um prólogo onde fizesse alguma apreciação anterior, Sabino entra rapidamente nas cenas de um cenário com forte influência de temas da antiguidade, muito influenciado pelo movimento da academia Nova Arcádia, fundada em 1790, cujos adeptos, entre os quais Bocage, se prestavam a compor dramas alegóricos, elogios dramáticos e tragédias em verso (SABINO, 1791; REBELLO, 1980, p. 18-20; CARREIRA, 1993).

Publicada por Sabino quando, em Lisboa, atuava como advogado em 1791; fortemente influenciada pela literatura clássica, não denuncia nada mais que as filiações poéticas tradicionais do bacharel em início de carreira, num arcadismo característico do período; parece ter circulado apenas entre amigos ou entre clubes de poetas árcades de sua época.

Publicada em 1818 quando o bacharel, nas suas idas e vindas pelo Maranhão, tendo vivido alguns anos no Rio de Janeiro, já tinha certo prestígio político na Capitania do Maranhão. Possui maior identidade intelectual e certo mérito estético, além de um rigor histórico inusual para as versões da trama até então impressas.



Imagem 1: SABINO, 1791.

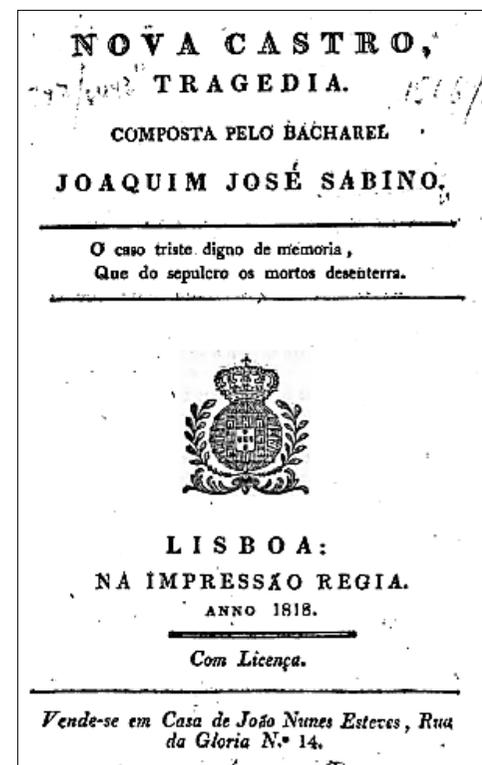


Imagem 2: SABINO, 1818.

Neste artigo o resgate do burocrata possui como objetivo levantar aspectos de uma biografia social que percorreu por diversas vezes os espaços do Império e, pelo Atlântico, fez circular correspondências, memórias e versos. Os levantamentos impressos e os documentais abrem um largo precedente de interpretação desse burocrata que ocupou todos os cargos que sua ambição poderia alcançar à época, inclusive de governador da agora Província do Maranhão - mesmo que por poucos dias, nos desdobramentos do movimento liberal do Porto (1820). Chegou a ver seus textos publicados ainda em vida, o que era raro para muito burocratas que se aventuravam pelos universos da poesia e do drama, e gozou de certa glória entre os contemporâneos. Os usos que o magistrado fez durante a sua vida dos cargos públicos, do ir e vir pelo Atlântico, ou dos espaços de fala e de letras são, como evidenciarei, demonstrações de que se poderia usar os “talentos” não somente para os fins que o senso comum atribui a essas categorias de criação, mas para outras então comuns de barganha política e afirmação intelectual<sup>6</sup>.

### Os dramas de Sabino: um “Atlântico” entre Lisboa e o Maranhão

A nomeação de Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva (1759-1843) para o cargo de Secretário do Governo no Maranhão, em 1795, antecedeu uma série de outras para um sem número de cargos que, ao longo de quatro décadas, serão ocupados pelo bacharel português. O caminho seguido por Sabino já não será estranho nos finais do Setecentos: advindo de família abastada com negócios no comércio, bacharel em Leis por Coimbra em 1787, habilitado pelo Desembargo do Paço para a administração pública em 1790, tendo atuado também como advogado em Lisboa e como contratador do tabaco até à sua primeira nomeação<sup>7</sup>. Sabino encarna a típica figura do burocrata de carreira, inserido numa cultura de mesmo nome, com fins definidos tanto pela tradição hierárquica da distribuição de cargos e mercês, quanto pela sua atuação pessoal que, como demonstrarei, longe estava de ser apenas um mero registador de ofícios e leis do Império, mas que não possuía, ao mesmo tempo, nada de extraordinário.

Os três anos de serviço no Maranhão acompanharam a parte final do governo de D. Fernando António de Noronha (1792-1798) considerado por Manuel Bonfim (1929) como avesso aos bacharéis e que teria dito, de acordo com um registro, que “o abuso dos estudos

---

<sup>6</sup> A *Nova Castro* de Sabino teve, para além da sua impressão, uma montagem teatral que fora encenada no Rio de Janeiro, no Teatro da praia de São Manoel, provavelmente em 6 de junho de 1837; o autor ainda estava vivo mas não vira a encenação, provavelmente já a viver no Maranhão. Diz a chamada para a montagem no *Jornal do Comércio* ser a primeira vez que era exposta e que o autor a mandou publicar em Londres apenas para amigos e que havia vivido na Corte por um período, como destacarei à frente. Não localizei essa edição lançada em Londres, da qual também fala Innocêncio. *Jornal do Comércio*, 31/05/1837, nº 119, Ano XI, p.3; INNOCÊNCIO. *Op. cit*, Tomo IV, p. 112.

<sup>7</sup> ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.18, f. 54v; AHU-AVULSOS, D. 2979; AHU-MA, D. 7308.

superiores só servem para nutrir o orgulho e destruir os laços de subordinação civil e política que devem ligar os habitantes desta à Metrópole”<sup>8</sup>.

Sabino acumulava, para além do cargo de secretário, o de Procurador Interino da Fazenda, nomeado pelo próprio Noronha. Nesse ambiente viveu pela Capitania e ficou até o primeiro ano do governo de D. Diogo de Sousa (1798-1804) que de Moçambique vai ao Maranhão assumir o governo, representando uma prática comum da circulação dos altos mandatários do Império que eram geograficamente movimentados pelas possessões. Esse facto era comum, uma forma de condução dos altos mandatários do Estado, tanto como forma de compartilhamento e homogeneização de práticas de poder como forma de resolver conflitos locais, pela inserção de governantes de outros seios políticos (ANDERSON, 2008; CARVALHO, 1996). Sabino, membro da alta burocracia e a ocupar um dos mais importantes cargos, o de secretário, parece que tentou em alguns momentos ter para si essa mesma prerrogativa, de nômade pelo Império, mas não obteve tanto êxito de início. Parece que dava a si mesmo um maior valor do que aquele que lhe era atribuído pelos seus superiores, o que naturalmente resultava numa constante produção de ofícios e cartas a reclamar desse facto.

Os seus primeiros anos no Maranhão, até 1798, parecem não ter sido acompanhados de grande movimentação, dada a falta de registos. O governador D. Diogo de Sousa que ficou marcado para a historiografia brasileira como truculento, arrogante e que se ocupava de diversos casos de menor importância, como alguns documentos dão conta, era egresso de Coimbra e capitaneou como recentes trabalhos têm vindo a demonstrar, junto com o Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, uma rica correspondência que demonstrava, entre outros aspectos, o movimento do ministro português na difusão de impressos e de iniciativas de levantamentos, registos e expedições que catalisaram a ambientação cientificista de final de

---

<sup>8</sup> Provavelmente Bonfim retira essa informação de César Marques (1870), que também cita esse ofício de agosto de 1795, onde Noronha atesta que deveriam conservar-se naquela Capitania apenas as cadeiras de ler, escrever e gramática latina, recusando-se a pagar os ordenados do professor público da cadeira de Filosofia racional e moral, Dionízio Rodrigues Franco. O Governador justifica a sua tentativa de demissão do professor pelo facto de haver apenas dois alunos nas aulas, o que não justificaria mantê-las; o imposto sob a aguardente que serviria para o sustento das aulas régias deveria, na avaliação do governador, ser direccionado para as obras públicas, como o hospital e para a construção de um cais no porto da cidade. Noronha ficou conhecido como “néscio, estúpido e pedante” no *Dicionário...* de César Marques (1870), sendo que tal atribuição foi repetida à exaustão pela historiografia posterior. A afirmação fora dita em ofício à Rainha depois de a mesma ter dado aumento ao professor em abril de 1794; no cargo desde 1788, Dionízio, que tinha ido ao governador reclamar dos atrasos nos seus pagamentos, escreve que Noronha seria “oposto aos professores”; em sua defesa saiu o ouvidor da capitania à época, João Pedro de Abreu, que atestava sua competência. No entanto, junto com o ofício do Governador, o ouvidor volta atrás e diz que os dois únicos alunos seriam mais bem-ensinados “se houvesse melhor conhecimento” do professor. Dionízio, em outubro do mesmo ano, parece desistir das aulas e solicita licença para atuar como advogado na Capitania; junto com a sua petição novamente o ouvidor muda de opinião e assina um atestado afirmando que o dito professor tinha todos os conhecimentos necessários para advogar e que isso seria até necessário por “haver falta de homens inteligentes”. AHU-MA, D.7036; D.7296; D.7341; BONFIM, 2013, p.354; CAMÊLO, 2011, p.19-36; MARQUES, 1870, p. 281.

século (MARQUES, 1870, p. 282-283; MEIRELES, 1960, p. 177-178; GALVES, 2014, p. 119-136). Sabino, segundo consta, passou à margem desse movimento não aparecendo, a não ser nos desimportantes ofícios com avisos sobre essas iniciativas, sempre atuando em nome do governador.

No entanto, o fim dessa primeira “volta” de Sabino não parece ter sido das mais profícuas, pelo menos para as ambições do bacharel. Em abril de 1798, cerca de um ano antes do final do período para qual fora nomeado, pede para retornar ao Reino<sup>9</sup>. O seu tom ácido e as suas críticas ao povo da terra parecem externar experiências sem destacado êxito, seja nas suas ambições literárias, seja a nível interpessoal. Para justificar o seu retorno ao reino, inicialmente atesta problemas de saúde e a subsistência da sua família. Incisiva é a sua crítica às “intrigas reinantes nesta desgraçada Colônia” como outro motivo para pedir o seu retorno; mas, o que parece ser determinante, como uma espécie de sugestão, é o fato de estar “quase tão pobre como vim”. O bacharel estava estabelecido em Lisboa com escritório de advogados, tendo também tomado parte no Contrato do Tabaco, que era à época um dos principais meios para acúmulos de fortunas (MÓNICA, 1992, p. 461-479.).

No mesmo ofício parece deixar claro outros motivos do seu inicial desgosto pelo tempo de serviço no Maranhão. Por meio de um tom denunciador informa que os seus iguais companheiros nos cargos públicos estavam todos enriquecidos pelo recebimento, muitas vezes pago, de sesmarias doadas pelo Governador da Capitania. Ele afirma que, diferentemente deles, não tomou partido desta prática; deixa claro que estava, portanto, mais pobre e a depender de um irmão. Agora casado, Sabino pede que diante desse cenário seja autorizado a retornar ao Reino para retomar os seus negócios. Em julho do mesmo ano, o Governador D. Diogo de Sousa recebe o despacho do Reino e autoriza a viagem de Sabino, acompanhado pela sua família<sup>10</sup>. Lista-se que não parece que tenha ido para o Maranhão já casado, tendo, portanto, estabelecido matrimônio rapidamente com D. Josefa Adelaide Belfort, que carrega no nome a ascendência de uma das principais famílias da Capitania; essa prática era igualmente comum a burocratas que tomavam posse de cargos no Ultramar e que se casavam com “filhas da terra”.

Finalmente Sabino retorna a Lisboa e tenta reabilitar-se através de algum cargo no Desembargo do Paço. A sua tentativa de reinserção, no entanto, não foi promissora, mesmo tendo recebido promessa de um superior que ocuparia algum dos cargos vagos. Pede para ocupar algum dos “primeiros bancos desta Corte ou Desembargador no Rio de Janeiro, Bahia” ou mesmo algum cargo de ouvidor nas alfândegas da Índia ou Mina. Depois de atestar em vários ofícios o seu notável currículo, destaca que as suas habilitações não seriam para ocupar

---

<sup>9</sup> AHU-MA, D. 7917.

<sup>10</sup> AHU-MA, D. 8302.

cargos de segunda instância no Ultramar e, entre os seus lugares de preferência, não cita o Maranhão onde já havia secretariado.

As exigências de Sabino nesses diversos requerimentos não foram prontamente atendidas; por esses ofícios ainda o encontramos dois anos depois do retorno a esperar por algum cargo. Reclama com todos os argumentos que lhe parecem plausíveis, até mesmo apelando ao nome de sua família que mesmo antes do “terremoto de 1755” já era conhecida naqueles tribunais. Ainda em 1802, envia requerimento a reclamar de tanta demora em ser inserido e solicita, dada a precária situação onde se encontrava, o pagamento de serviços que havia prestado no Maranhão como secretário.

Será provavelmente neste intervalo de retorno do Maranhão ao Reino que Sabino escreve a sua *Memória político-econômica sobre o Maranhão...* entre 1799 e 1800, mesmo período onde também se aventura na escrita de versos árcades, típicos do período<sup>11</sup>. Alguns dos argumentos que Sabino levanta na sua memória, conservada em manuscrito e que não fora publicada, estavam já presentes numa série de denúncias veladas nos ofícios que o bacharel fez da sua estadia no Maranhão. De todo o modo, a escrita da memória parece também estar relacionada com os esforços de Sabino em tentar, no Reino, ser readmitido na administração real, fato que irá demorar até 1802, onde receberá nova nomeação<sup>12</sup>. Ao contrário das suas inúmeras solicitações, não será ainda encaminhado para o Rio de Janeiro, destino preterido diversas vezes; voltará ao Maranhão e, em avesso aos seus pedidos, novamente ao cargo de Secretário de Governo, que ele mesmo havia desdenhado como “de segunda instância”.

## A segunda volta

Após a escrita da sua memória, que analiso a seguir na parte 3, e de um largo período de idas e vindas de ofícios e solicitações do Desembargo do Paço em Lisboa, Sabino consegue uma nova nomeação para o mesmo local e com o mesmo cargo<sup>13</sup>. De volta ao Maranhão, com a sua mulher, o bacharel não parece estar de bom grado nas mesmas condições por muito tempo e, agora, com um real motivo que o admoestava a querer, mais uma vez, voltar ao Reino após cumprir o tempo mínimo de serviço: D. Francisco de Melo da Câmara, o Cabrinha (1806-

---

<sup>11</sup> ...pelo bacharel Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva, *Secretário que foi daquela Capitania*. Conservada na Biblioteca da Ajuda com a cota [54-V-43, 96f]. Neste texto utilizo a versão transcrita, atualizada e publicada integralmente em TORRES, 2006, p. 209-264. A paginação também toma como base essa publicação, por ser mais acessível que o manuscrito.

<sup>12</sup> AHU-MA, D. 9456.

<sup>13</sup> AHU-MA, D. 9456.

1809) que governou o Maranhão naquele período e protagonizou diversos embates com o bacharel e outros magistrados.

A alcunha de D. Francisco de Melo era, segundo César Marques (1870), por ter a pele muito escura, informação que aqui serve para demonstrar, como já havia destacado Gilberto Freyre (1936), a ascensão do bacharel e do mulato num ambiente de diferenciação e acomodação entre o senhor e o escravo. Todavia, ao contrário do que demarca Freyre, alguns elementos anteriores à década de 1830 já denunciavam esta ascensão que, como mostrarei a seguir, não produzia relações de todo harmónicas e que, no caso que exponho, mostra as ranhuras entre classes e entre raças e, mais uma vez, senão de forma mais intensa, entre “brasileiros” e “portugueses” (FREYRE, 1985, p. 579-628; MARQUES, 1870, p. 283-288; MEIRELES, 1960, p. 178-180).

Após anunciar a sua chegada e tomada de posse, Sabino parece interessado em inserir-se nos modos comuns e pede uma sesmaria para a sua mulher em 1803<sup>14</sup>. Chega a pedir, um tempo depois, promoção a Oficial da Secretaria de Estado da Marinha, depois de reclamar do estado de pobreza onde se encontrava, forma comum de se pedir promoções ou patentes entre os burocratas e literatos de carreira<sup>15</sup>. Pouco tempo depois, no entanto, não satisfeito com as condições de trabalho e novamente a alegar problemas de saúde, pede para retornar ao Reino, desta vez sem citar nenhum outro acontecimento que justificasse a autorização. Um ano depois, já em 1807, diante dos inúmeros embates que tivera com o Governador, D. Francisco de Melo, o seu pedido será acompanhado de uma descrição longa da sua condição e dos motivos que o levavam a tentar sair da Capitania, como a gravidez da sua esposa e do iminente risco de aborto pelo qual passava<sup>16</sup>.

Sabino diz na sua lamentação já conhecer, desde Lisboa, o génio de D. Francisco de Melo e que pressentia, desde logo, os “males vindouros”. O Governador é acusado de tomar partido na organização política envolvendo os desafetos do antigo governador, António Saldanha da Gama (1804-1806), e de realizar devassas, prisões e envios forçados de inimigos para os *Sertões*.

O governador pede a Sabino, segundo relato do bacharel, alguma obra poética aos modos do quinhentista Ferreira; o secretário a compõe e entrega nas mãos do Governador. Ao que parece pelo desenrolar dos factos, o mandatário não gosta dos versos e sente-se ofendido passando, também, a ter Sabino como partidário dos opositores. As perseguições que não são detalhadas, além do conluio do governador com o Padre Pedro António, que teria

---

<sup>14</sup> AHU-MA, D. 9727.

<sup>15</sup> AHU-MA, D.9279.

<sup>16</sup> AHU-MA, D.10861.

vindo de Lisboa com o governador, também seriam na ordem da perda de poder de Sabino no comando da secretaria do governo, sendo que até mesmo dele teria sido confiscada a chave do local, que ficava na posse de aliados de D. Francisco de Melo.

A epístola que o bacharel oferece a D. Francisco de Melo, manuscrito não publicado na época, composto por 15 estrofes, acabou por se converter numa exortação dos comportamentos do mandatário que, envolvido, segundo Sabino, nos mexericos e confusões políticas, é advertido para não se envolver nas intrigas<sup>17</sup>. Lê-se na epístola

“Somente (Sábio Mello, atende e pensa) / Em alma vil de sofrimentos ouça / Sórdido mexerico afouto fala (...) / Açouta-te a razão, nella te posta (...) Arreda pois o indignado ouvido / D’esses zunzuns de pestilentos ditos (...) / Se queres ver morrer o mexerico, / austero pune quem ousa trazer-t’o (...) / Castigar sem ouvir é tirania / Não mendigues em vão em casa estranha (...) / É sempre fanfaron o poderoso / Na língua põe seu mérito provado (...) / Que o bem do mundo sem virtude é nada (...)”.

Sabino escreve em 1807 a reclamar novamente do governador, a relatar as perseguições e a reeditar o pedido de retorno ao Reino, ao que parece atendido pouco tempo depois pelo próprio D. Francisco de Melo, que autoriza a sua ida<sup>18</sup>. Em agosto de 1807 ainda estará no Maranhão e diz que a gravidez da sua mulher, a sua doença e a de um irmão seu que estava também no Maranhão o impedia de embarcar. Não recebe resposta da sua solicitação e parece que o ambiente em Lisboa, a menos de três meses da ida da Família Real para o Rio de Janeiro, em novembro, não era dos mais animadores.

Sabino permaneceu no Maranhão e as suas lóstimas são narradas constantemente em ofícios direcionados ao Visconde de Anadia, que parece não dar atenção às acusações de despotismo, prisões, ameaças, conspirações do mandatário do Maranhão<sup>19</sup>. O Bacharel que dizia suportar há vários meses tal ambiente, ainda tinha de lidar com o “pedantismo destituído de ciência” e mesquinhez de outros magistrados que impediam ou boicotavam as suas atividades, com a falta de reconhecimento diante do Soberano e do seu ministro <sup>20</sup>.

<sup>17</sup> BNRJ. Joaquim José Sabino (1806-07?). *Ao illmo. exmo. snr. D. Francisco de Mello Manoel da Cammara*. l. 07, 16, 038, Manuscritos, 13p. A missiva foi publicada em nota por João Francisco Lisboa no seu *Jornal de Tímon*, onde reproduz também alguns ofícios do bacharel e chama-o de “bondoso velho” numa defesa de memória, já que na data de publicação ainda não faria uma década da sua morte (LISBOA, 1865, p. 532-543).

<sup>18</sup> AHU-MA, D.10916.

<sup>19</sup> As referências aos mandos e desmandos dos governadores do Maranhão chegaram a ser denunciadas mais de uma vez nas páginas do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. “Fallandos dos abusos da administração local”, tanto no Maranhão, quanto no Pará, o jornal denunciou o despotismo dos mandatários que “tem depovoado aquela Cidade [do Maranhão]”. A avaliação que faz o *Jornal do Governador Câmara* e sua “conducta furiosa” e de seu sucessor, José Tomas de Menezes, fez o último escrever ao Reino a queixar-se das referências e dos insultos que não poupam nem mesmo a sua rubrica, chamada de “caranguejola”. *Correio Braziliense*, Edição 2, p.640 (1809); edição 3, p.652 (1809); edição 4, p.668 (1810); edição 5, p.419;455 (1810).

<sup>20</sup> AHU-MA, D.10913; D.11236; D.11246.

Todas essas reclamações em ofício surtirão, pelo menos em efeito imediato, alguma redenção para o Bacharel que, diante da recepção de algumas delas, escreve para agradecer e oferecer seus préstimos. Constante será, nessas correspondências, a escrita de epístolas e de alguns versos direcionados a importantes figuras; como Bocage, Sabino estava ciente das linguagens e dos movimentos literários e dos usos que se podia fazer de tais atribuições. A aplicabilidade prática não pode ser totalmente medida, mas o envio em 1809 de uma epístola ao Reino, provavelmente destinada ao Ministro D. Francisco de Almeida de Melo Castro, Conde das Galveias, e logo em seguida a recepção de benefícios não detalhados; a “adulação dos cortejãos” Sabino chama de “gratidão ardente” e defende o uso da pena nas louvações ao seu “mecenas”<sup>21</sup>. E o circuito torna-se habitual: no seguir de um ofício de admoestação e autocomiseração virá, logo em seguida, alguma redenção gratificante<sup>22</sup>.

Naturalmente resolve não mais voltar ao Reino, no entanto, a Corte chamava-o, agora, com mais intensidade. Pede, então, para ir ao Rio de Janeiro em 1810, o que acaba provavelmente por acontecer algum tempo depois. O pedido para ir ao Rio é datado de março de 1810, mas Sabino ainda está no Maranhão a despachar na Secretaria pelo menos até agosto do ano seguinte. Como ainda em 1810 ele havia pedido para servir como oficial na Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, e parece ter recebido alguma posição acerca disso, a ida ao Rio de Janeiro é mais provável. Desse período quando novamente atravessa o Atlântico, desta vez para o Sul, não se possui muitos registros.

Sabino volta ao Maranhão e em fevereiro de 1820 oferece seus préstimos ao Conde de Anadia<sup>23</sup>. Ocupará, a partir de então, outro maior número de cargos, muitos simultaneamente: em 1829, depois de ter sido eleito como presidente da Câmara de São Luís quatro anos antes, denunciando o seu prestígio político, era “juiz de fora, de órfãos, crime, da Alfândega, provedor dos resíduos, defuntos e ausentes” e com sessenta e quatro anos de idade recusava mais atribuições além dessas<sup>24</sup>. No entanto, a sua ambição e articulação política, além de ser desembargador do Tribunal da Relação do Maranhão, o levou a ocupar por alguns dias a cadeira de Presidente da Província, enquanto o nomeado não chegava à cidade, de 2 a 7 de julho de 1825.

---

<sup>21</sup> AHU-MA, D. 11351.

<sup>22</sup> AHU-MA, D. 11300.

<sup>23</sup> No anúncio, do *Jornal do Comércio*, já citado, de maio de 1837 que informa da encenação da *Nova Castro* do Bacharel diz que ele “residiu nesta corte”, o que fortalece, dada a falta de registro, a hipótese de que passou algum tempo na então capital do Império. AHU-MA, D. 11272; D.11351; D.11246.

<sup>24</sup> MARANHÃO. Secretaria do Governo. Correspondência do Juiz de fora da Capital (1829), Cx. 384, maço 265, Setor de Avulsos. APEM.

### **A Memória político-econômica sobre o Maranhão**

A *Memória...* escrita por Sabino, provavelmente em Lisboa, fora direcionada a algum membro da alta burocracia do Estado; não possui, entretanto, um tom arbitrista tão simples de classificação, e não fora aos prelos, diferentemente de suas obras poéticas e dramáticas. Parece, antes de tudo, um texto que expõe tanto uma forma de promoção das suas qualidades, diante de uma possível nomeação para um alto cargo, como já destacado. Fica latente que os tons de crítica operados nessa memória se aproximam das descrições das más experiências que o bacharel diz ter tido quando secretário.

Junto a uma série de denúncias e diagnósticos daquela capitania, enfatiza que a sua memória é menos objetiva no que se refere ao destino final das suas ilações, mas é mais prática e descritiva. Se comparada ao *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, do seu contemporâneo e português, Raimundo José de Sousa Gaioso (1818), uma das principais memórias escritas sobre o Maranhão naquele período<sup>25</sup>, ou às inúmeras memórias escritas pela Ouvidor do Maranhão, Manoel Antonio Leitão Bandeira<sup>26</sup>, a memória de Sabino não parece sistematizar nenhum tipo de questão ou problema, mas apenas de denúncia. O objetivo do texto, portanto, parece tanto ser uma espécie de introdução de si mesmo como administrador, com capacidades de atuação prática, e também como de proposição de correções nos modos de colonização, numa racionalização assistida e legalista

O dirigismo que é levantado pelo bacharel está definido pela prerrogativa do “chefe da sociedade” como portador da capacidade de ação das mudanças necessárias. Não é estranho, portanto, que as únicas referências administrativas se remetam a D. José I, sem referência ao ministro Pombal, mas sem nenhuma tentativa de reabilitação da memória do Rei. Em certos momentos o apelo à mão forte, ou a uma autoridade que pudesse, pelo poder e punição, estabelecer os “melhoramentos”, não está distante das determinações pombalinas aos seus governadores e capitães-generais. Sabino escreverá diversas ilações acerca do modo de governar e das artimanhas que deve ter o mandatário para lidar com a elite da terra. Esse grupo, segundo ele, desrespeitava o dito chefe e mesmo os magistrados, com um alheamento hierárquico que advém da sua relação de poder com a escravatura, que se desdobra numa “fantasia separada da do mundo”<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Para uma análise do *Compêndio...* de Gaioso aos duzentos anos de sua primeira edição, cf. BASÍLIO, 2018.

<sup>26</sup> Para um apanhado das memórias do Barachel português nomeado ouvidor do Maranhão em 1785, cf. BASÍLIO, 2016, p. 24-51.

<sup>27</sup> Joaquim de Melo e Póvoas governou o Maranhão em dois momentos: de 1761 a 1779, primeiro como capitão-general de Grão-Pará e Maranhão; com a autonomia do Maranhão e Piauí, a partir de 1772, passa a ser governador do Maranhão, com o Piauí como Capitania dependente, até 1775; BA. *Memória...* Joaquim José Sabino, p. 2214-215.

De qualquer forma, o ambiente de escrita em Lisboa, além de contar com informações colhidas no Maranhão por ele mesmo, foi marcado pela leitura de memórias e ofícios que ele diz ter consultado na Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e Reino, além de relatórios enviados por governadores. Esse tom documentalista, que estava também evidente na escrita de sua versão do drama *A Castro*, pode ser tomado como uma idiossincrasia tanto pelo desenrolar dos temas abordados como pela sua posição acerca da diferença entre as ilações realizadas dentro do gabinete e a sua aplicação à realidade. No entanto, não cita, em toda a memória, nenhuma referência ou algum dos memorialistas de seu tempo, quer sejam portugueses ou “brasileiros” do Maranhão, nem manuscritos nem obras publicadas. Justifica que o uso dos inúmeros livros que tratam dos temas que ele aborda tornaria o texto prolixo e supérfluo, o que confirma a noção de que as suas reais intenções na escrita da memória requeriam certa objetividade.

O espaço de buscas históricas de Sabino não fora, porém, tão ambicioso quanto o daqueles dos seus contemporâneos nesta memória. Deve-se do mesmo modo ao caráter mais imediato dos efeitos que ele próprio atribuiu à memória, como também pela natureza dos dados resgatados, muito mais relacionados com sujeitos no curto espaço do tempo da escrita, que por uma busca de origens e processos que justificassem as suas propostas pela melhora da colonização e racionalização do processo produtivo. Não se preocupa em traçar nenhuma linha condutora dos primeiros colonizadores, da ocupação e nem mesmo das tramas administrativas que se afastem no tempo em mais de vinte anos, fato comum em memórias da época. Das suas citações, apenas recua para dar nome ao governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (1753-1761) que governou no tempo da aplicação, por Pombal, da lei que instituiu o *Diretório dos índios* (1755), que Sabino diz ter fracassado<sup>28</sup>.

A preocupação do bacharel em deixar claro que não tinha, ao contrário de seus contemporâneos, nenhuma data de sesmaria e que não havia beneficiado de nenhuma das facilidades de enriquecimento, é repetida à exaustão. A sua carreira e trajetória na América são louvadas tendo em vista a sua atestada ausência de interesse, o que pode ser, não pela memória, mas pelos factos, colocado em questão, já que ele pede uma sesmaria anos mais tarde, não para si mas para a sua esposa e passa, como era natural, a atuar não somente como burocrata, mas como produtor.

A sesmaria está em completa decadência. Esse diagnóstico dá-se não pela qualidade das terras ou pelos gêneros, mas pela abundância; Sabino inverte a lógica da reflexão até então dominante entre os memorialistas, que davam maior dimensão ou a fatores externos ou a

---

<sup>28</sup>BA. *Memória...* Joaquim José Sabino, p. 245.

problemas relativos aos processos comerciais. O bacharel dá grande peso ao tipo humano e suas idiossincrasias para justificar o estado lamentável que, segundo ele, não provocava grandes retornos ao Reino. Desde os erros nas medições das sesmarias, o que o faz pedir um Juiz Fiscal para a Agricultura, até à facilidade na concessão das Cartas de Sesmarias, o bacharel enumera os problemas até sugerir regras para o melhor aproveitamento das terras. Se parece deixar claro que era necessário que houvesse mecanismos que pudessem revogar o tombamento das sesmarias e que o Estado reouvesse o que lhe pertencia naturalmente, transparece uma noção exata da propriedade e do poder relacionado com ela, seja nas tentativas de acumulação e gestão dos grandes latifúndios, muitos deles improdutivos ou com baixa produção sazonal<sup>29</sup>.

No entanto, o bacharel descreve que a baixa produtividade ou mesmo a incipiente competitividade da lavoura está em déficit de técnicas mais eficientes. Ao usar o arroz como exemplo, diz que é necessário aplicar novas técnicas para evitar o desperdício, sendo que a má reputação no mercado, no caso do algodão, acaba por baixar a sua cultura e lucro. Sabino já havia observado a desfase dos modos de produção e não busca elementos externos para estabelecer razões da “decadência”.

Sobre os habitantes, segue a linha definidora e comum à época, entre os filhos da Europa, filhos da terra, índios e escravos; segue a linha miscigenatória do *Diretório dos Índios* de Pombal e incentiva as misturas de brancos com índios para, segundo ele, purificar a espécie. Esse emaranhado de raças é, então, a condição e a razão para ao gênio dos habitantes que vivem em direto contato com os escravos e estão isentos de “palestra civil” e bons modos e vestimentas, para além da soberba sempre destacada como determinante nas relações estabelecidas. Define, como já destaquei, que o sistema dos diretórios havia fracassado e que sua anulação em 1798, quando Sabino estava ainda na Capitania, era um retrocesso que poderia ser retomado. As suas proposições são basicamente as mesmas que já haviam sido editadas nas regras da Lei que institui os diretórios: incentiva ao casamento de brancos com indígenas e defende os aldeamentos e seu sistema. Era raro, como ele denuncia, que alguém nas cidades ou nas fazendas não possuísse um índio, de seu uso, e que muitos não vivessem em regimes de trabalho por subsistência alimentar, algo que parece comum.

A escravatura é tomada como útil, para além das acepções tradicionais relacionadas com necessidade da lavoura, também como forma de aumentar o povoamento da Capitania; até então, ao se falar de povoamento, os memorialistas consideravam os nativos, “negros da terra” ou “escravos vermelhos”, nas palavras de Sílvio Romero (1900), como tradicionalmente

---

<sup>29</sup> BA. *Memória...* Joaquim José Sabino, p. 240.

preferíveis. Do mesmo modo, o sustento alimentar dos africanos é de condução insuficiente; a má nutrição do escravo e as grandes perdas causadas pela negação dos senhores do mínimo diário, será reclamação comum a todos os escritos que se detiveram sobre a escravatura e, muitas vezes, acabam por tomar um tom “humanista tardio”, que encontraram os fortes movimentos abolicionistas da segunda metade do Oitocentos. Sabino defende que a alimentação do africano seja feita com farinha de mandioca e não com arroz, por ser a primeira mais nutritiva e por dar mais força para o trabalho. O problema continuará em foco décadas a seguir<sup>30</sup>.

Quanto aos elementos tradicionalmente relatados que se referem à economia da capitania, Sabino não se aventura e nem se aprofunda em nenhuma dimensão ou cálculo aritmético, nem mesmo demonstra ter senão algumas opiniões acerca disso. O regime de preços dos gêneros no Maranhão é tema que o inquieta por dimensões práticas: o preço da farinha de mandioca no Maranhão é mais caro que noutras capitanias pela pequena produção local e pela alta demanda, por ser produto consumido largamente. A solução do problema: não se deve aumentar os preços, senão incentivar a produção; o lado humanitário, diz ele, está relacionado ao caráter primário da farinha e de outros gêneros de primeira ordem e que encarecidos, poderiam acarretar largos períodos de fome, como antes já havia observado e vivenciado na Capitania. Sem embargo, mais uma vez insiste o bacharel na realização de cálculos no estilo custo-benefício para toda e qualquer produção a ser realizada, cálculos esses que ele não faz. Sabino está mais preocupado com os riscos e com a certeza dos retornos do que efetivamente com a livre concorrência; sobre essa parece não ser de todo nem qualquer modo entusiasta.

Da mesma forma, incentivar a produção interna serviria também para evitar a saída de moedas, com os movimentos de importação, que é posto como destaque pela importância que deveria, ao mesmo tempo, ser dada ao comércio com outras nações, mas também ao luxo. Não deixa claro como resolveria essa amarra, já que não fala em indústria nacional do luxo e defende que se poderia sacrificar o comércio com a Ásia, fonte central de muitos caros produtos consumidos na América e no Reino, para se dar ênfase às possessões americanas. Esse centralismo que não era inédito e possuía defensores em todos os partidos do alto escalão dos intelectuais portugueses e mesmo “brasileiros”. Sabino vê negativamente a cisão das colônias

---

<sup>30</sup> Décadas depois essa reclamação ainda se repete. Domingos José Gonçalves Magalhães (1848) escreve que continuavam os escravos, na segunda metade do século, a serem tratados com “bárbaro rigor”, visto que uma espiga de milho, denuncia ele, seria o que lhes davam de almoço, arroz e farinha para jantar, o que provocava, pelas condições, maior movimento de resistência por parte da escravatura (MAGALHÃES, 1858, p. 16).

norte-americanas com a Inglaterra. Deve-se, segundo ele, evitar que as colônias um dia venham à metrópole “dar-lhes as leis, quando deveriam sempre dela receberem”.

A memória de Sabino possui, como destacado, nenhum posicionamento bibliográfico que permita inseri-lo ou dentro de um movimento de ideias específico<sup>31</sup>. O bacharel estava mais interessado, na sua aplicabilidade de mercês, como forma de demonstrar eficiência, algo que, de forma direta, pode ser percebido nos passos seguidos pelo secretário.

### **Conclusão: as chantagens de Sabino**

A atuação de Sabino acompanhava naqueles tempos o culminar de séries de tensões entre os “portugueses” e “brasileiros” que, animados pela notícia da Revolução do Porto, irão posicionar-se de diversas formas em composições políticas que, naqueles anos, deixaram mais claras as posições classistas e de interesses específicos de grupos sociais (ALEXANDRE, 1993).

O bacharel que não podia apagar a sua condição de português participou, como noticiou o primeiro jornal impresso na então Província, O Conciliador, da então recentemente criada *Sociedade Patriótica, Política e literária*, que em 1823 entoava vivas à constituição, ao Rei e a união de Brasil com Portugal. Não escapou aos movimentos antilusitanos e chegou a ser exonerado do cargo de desembargador em maio de 1832, demonstrando que as tensões mais enérgicas dos anos 1820 até à “adesão” do Maranhão ao projeto emancipacionista em julho de 1823, ainda não se tinham resolvido, nem mesmo em relação aos “abrasileirados” como Sabino<sup>32</sup>.

A latente adaptação ao novo projeto político gestado no pós-vintismo é manifesta na trajetória de Sabino: de “português” a “brasileiro”, o bacharel enfrentará adversários políticos que, pondo em destaque o seu passado como membro da administração colonial, o acusavam de contendor da pátria, nesse caso, o Maranhão. A adaptação aos novos tempos, no entanto, não pôde dissipar o poder geracional nas suas posições, como suas críticas a liberdade da imprensa. Depois de novembro de 1821, tanto em São Luís, quando em outras cidades do

---

<sup>31</sup> Milton Torres (2006, *passim*), em sua análise da memória de Sabino, depois de percorrer um conjunto de análises do discurso do bacharel, conclui que a memória seria uma versão do Colbertismo. É necessária cautela nesse esforço de definição de uma exatidão que desconsidere o eclético conjunto de filiações que aqueles sujeitos possuíam, como Sabino, e ainda mais em análises desconectadas da historiografia do pensamento econômico ou mesmo literário, como essa estabelecida por Torres.

<sup>32</sup> O jornal O Conciliador foi o primeiro a ser publicado no Maranhão, na sequência da instalação da primeira Tipografia em 1821; circulou entre abril de 1821 e julho de 1823, tendo sido seus primeiros 34 números manuscritos, passou a circular impresso em novembro de 1821 (GALVES, 2010; *O Conciliador*, n.158, 15/01/1823; *Jornal do Commercio*, n.193, 03/05/1832).

Império, assiste Sabino a uma explosão de periódicos e panfletos numa verdadeira guerra de palavras, nos termos de Lucia Bastos Neves (2003).

O bacharel, agora definitivamente no Maranhão, critica diretamente a liberdade de imprensa como muitos de seus contemporâneos que condenavam as ditas “sentenças incendiárias” em defesa ao Soberano e ao projeto que se estabelecia<sup>33</sup>. Também como muitos naturalizou-se aos modos constitucionais e parece ter-se adaptado pela sobrevivência, não por convicção, assim como um grande número de “filhos da terra” que se inseriram no novo projeto de Estado a contragosto, diante também de muitos “portugueses”.

Ganharam os intelectuais, distantes da antiga realidade das tipografias centrais, Lisboa e depois Rio de Janeiro, o espaço dos periódicos para partilha das suas ilações e manifestações constitucionais. Sabino não estará afastado desse círculo mais ativo de publicação e parece não ter se escusado de dar grandes contribuições aos modos de se pensar as novas estruturas políticas, mas sem grandes iniciativas literárias, tendo importante atuação política nesses anos.

Ainda que se possa identificar, em suas decisões e escritos, certa tendência a responder as novas estruturas políticas do novo Império, Sabino continuava atendendo a diversos interesses de classe que tinham, nas tendências mais reacionárias, seus projetos para o novo Estado<sup>34</sup>. Alguns tímidos artigos, assinados por ele, apenas em caráter de resposta aos “escritos incendiários” que circulavam pela província, são localizados.

No entanto, as mudanças de perfil podem ser observadas de maneira clara nos extratos da trajetória desse português, poeta e burocrata: das suas constantes manifestações dos primeiros anos no Maranhão, bajulador e poeta de louvação árcade, em constante atestamento da sua importância intelectual e burocrática, diante de seus iguais, a ativo político agora aderente aos “novos tempos”. Essa adesão pode também ser percebida por dois impressos que ele, já como desembargador do Tribunal da Relação do Maranhão, mandará imprimir: em 1840, *A Sua Magestade Imperial O Senhor D. Pedro Segundo...*<sup>35</sup> e em 1841, também dedicado ao Imperador, *Ao Senhor Dom Pedro Segundo e Perpetuo defensor do Império do Brasil...*<sup>36</sup>. As suas

---

<sup>33</sup> A Bandurra, n.11, 30.jun.1828.

<sup>34</sup> A atuação do bacharel e sua presença na imprensa torna-se mais frequente após sua atuação junto das novas instituições que surgiram após a “adesão” do Maranhão ao Império, como o Conselho Presidencial. Essa fora uma instituição que atuou como auxiliar da presidência de província, que fora estabelecida pela Carta de 20 de Outubro de 1823. A sua dissolução, entretanto, fora ordenada logo em seguida por D. Pedro. No entanto, a Carta de 1823 fora cumprida, e os conselhos foram instituídos nas províncias ao longo do Primeiro Reinado de D. Pedro I (1822-1831). Cf. CIRINO, 2015.

<sup>35</sup> ...Imperador e Perpetuo defensor do Império do Brasil. No Faustíssimo dia aniversario do seu Segundo Nascimento. Feitas e dedicadas por Joaquim José Sabino, Desembargador da Relação do Maranhão. Maranhão: Typographia da Temperança, anno de 1840.

<sup>36</sup> ... No Augusto dia da sua Solemne Coroação. Epistola por Joaquim José Sabino, Desembargador da Relação do Maranhão. Maranhão, Typographia Monarchica Const. de F. de S. N. Cascaes, anno de 1841.

epistolas, versos ainda em estilo árcade, não se diferem es estilo e conteúdo de muitos dos impressos que circularam naquelas décadas.

Joaquim José Sabino, parece que teve, da poesia à economia política, desenvoltura para sobreviver ao emaranhado político antes e depois do Vintismo, que o conduziu, à base de muitas autocomiserações, a diversos postos da hierarquia política. Quais os usos de Sabino, seja como secretário ou como desembargador, dos seus versos ou das suas considerações sobre Economia política? Parece que, para além das suas publicações de epístolas e dramas, esteve tão preocupado com expressões poéticas e com a sua contribuição ao mundo literário como com a sua ascendência política. O esquecimento operado pela historiografia de figura eminente no seu tempo responde tanto a uma valorização latente dos caminhos políticos de tais escritores e burocratas do que suas contribuições à literatura, consideradas de menor valor em seu todo. Os argumentos postos definem ou a atestada falta de talento de tais burocratas ou os usos sociais que queriam fazer de seus escritos, nem sempre literários pela sua natureza.

---

#### **A CASTRO AND THE DEATH OF MEMORY: JOAQUIM JOSÉ SABINO, POET AND BUREAUCRAT IN CIRCULATION THROUGH THE ATLANTIC (1790-1840)**

**Abstract:** With this work I present the results of a research about the trajectory of the Portuguese Joaquim José Sabino in the Luso-Brazilian Empire from the end of the 18<sup>th</sup> Century to the first quarter of the 19<sup>th</sup> century, through Atlantic. The elements which demonstrate the articulation of that individual in the intellectual field where he was inserted was considered as well as his actions, defined within the bureaucratic culture of the end of the 18<sup>th</sup> century. The “enlightened bureaucrats” in the Old colonial system crisis produced, with their works, several memoires, essays, poetry and dramatic texts that were used according to their personal interests, but he used them as a group too. Many of these texts were kept as manuscripts and spread throughout the Empire, some having been sent to higher authorities; others were actually published in papers, even if the authors’ aims were not intellectual and in fact the publications were often achieved through nepotism, due to mere popularity or through the contact with members of the colonial administration. As for the propositions and problems, the questions made intend to elucidate, in several fields, the political and intellectual hierarchies as well as the social usage of the writing process in a society where the access to alphabetization was limited.

**Keywords:** Maranhão. Portugal. Manuscripts. Poetry.

---

#### **Referências**

#### **Documentos**

##### **a) Manuscritos**

#### **Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate**

AHU-CU-003, Cx. 37, D. 2979: REQUERIMENTO do secretário do governo do Estado do Maranhão e Piauí, Joaquim José Sabino, ao príncipe regente (...).

AHU-CU-009, Cx. 88, D. 7308, 09/09/1795, DECRETO da rainha D. Maria I nomeando o bacharel Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva (...).

AHU-CU-009, Cx. 84, D. 7036, 30/01/1794, PROVISÃO da rainha D. Maria I, mandando aumentar o ordenado do professor substituto (...).

AHU-CU-009, Cx. 88, D. 7296, 14/08/1795, OFÍCIO do governador D. Fernando António de Noronha (...).

AHU-CU-009, Cx. 88, D. 7341, [ant. 10/1795]: REQUERIMENTO do professor régio de Filosofia, Dionísio Rodrigues Franco (...).

AHU-CU-009, Cx. 97, D. 7917, 29/04/1798, Maranhão: OFÍCIO do secretário Joaquim José Sabino de Resende de Faria e Silva (...).

AHU-CU-009, Cx. 104, D. 8302, 10/04/1799, São Luís do Maranhão: OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa (...).

AHU-CU-009, Cx. 125, D. 9456, 27/11/1802, Queluz: DECRETO do príncipe regente D. João para o Conselho Ultramarino (...).

AHU-CU-009, Cx. 131, D. 9727, [ant. 09/1803]: REQUERIMENTO do bacharel Joaquim José Sabino e de sua mulher (...).

AHU-CU-009, Cx. 122, D. 9279: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João (...).

AHU-CU-009, Cx. 150, D. 10861, 07/02/1807, Maranhão: OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino (...).

AHU-CU-009, Cx. 152, D. 10916, 06/04/1807, Maranhão: OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (...).

AHU-CU-009, Cx. 152, D. 10913, 05/04/1807, Maranhão: OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino (...).

AHU-CU-009, Cx. 156, D. 11236, 09/12/1809, Maranhão: OFÍCIO do secretário do governador, Joaquim José Sabino (...).

AHU-CU-009, Cx. 156, D. 11246, 26/12/1809, Maranhão: OFÍCIO do secretário do Governo Joaquim José Sabino (...).

AHU-CU-009, Cx. 158, D. 11351, 26/12/1810, Maranhão: OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino (...).

AHU-CU-009, Cx. 157, D. 11300, 15/06/1810, Maranhão: OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino (...).

AHU-CU-009, Cx. 157, D. 11272, 23/03/1810, Maranhão: OFÍCIO de Joaquim José Sabino para o secretário de estado da Marinha e Ultramar (...).

AHU-CU-009, Cx. 158, D. 11351, 26/12/1810, Maranhão: OFÍCIO do secretário do Governo, Joaquim José Sabino (...).

AHU-CU-009, Cx. 156, D. 11246, 26/12/1809, Maranhão: OFÍCIO do secretário do Governo Joaquim José Sabino para o secretário de estado da Marinha e Ultramar (...).

### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

ANTT. Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv., f.241;

ANTT. Chancelaria de D. Maria I, liv 17, f.129;

ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Maria I, liv.18, f. 54v;

### **Arquivo Público do Estado do Maranhão**

APEM. MARANHÃO. Secretaria do Governo. Correspondência do Juiz de fora da Capital (1829), Cx. 384, maço 265, Setor de Avulsos.

### **Biblioteca da Ajuda**

BA. Memória político-económica sobre o Maranhão pelo bacharel Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva, Secretário que foi daquela Capitania. s/d, Cota 54-V-43, 96f.

#### **b) Impressos**

##### **Jornais**

- (O) Jornal do Commercio, RJ - (1820-1899).
- (O) Correio Braziliense, Londres - (1808-1922).
- (O) Conciliador, MA - (1821-1823).

##### **Obras de Referência e raras**

CAMÕES, Luís de (1572). *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de António Gonçalvez, 1572.

FERREIRA, António (1587). *A Castro*. Coimbra, 1915 (ed. Mendes dos Remédios).

GAIOSO, Raimundo José de Sousa (1818). *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão suas produções, e progressos, que tem tido até ao presente, entraves que a vão deteriorando; e meios que tem lembrado para desvanecer-los, em aumento da mesma lavoura, e sem prejuizo do real patrimonio*. Pariz: P.N. Rougeron, impressor, 1818.

LISBOA, João Francisco. *Obras de João Francisco Lisboa*. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1865.

LOPES, Fernão (1735). *Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escreveo Fernão Lopes*. Lisboa. Na Officina de Manoel Fernandes Costa, 1735.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de (1848). *A Revolução da Província do Maranhão (1839-1840)*. São Luís: B. de Mattos, 1858.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Universidade, 1993.

MARQUES, César Augusto (1870). *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. São Luís: Typ. do FRIAS, 1870, 3v.

RESENDE, Garcia de (1516). *Cancioneiro Geral*: com privilégio. Foi ordenado e emendado por Garcia de Resende fidalgo da casa del Rey nosso senhor e escrivão da fazenda do príncipe. Lisboa: 1516.

SABINO, Joaquim José (1791). *Policena*: Tragedia Portugueza. Lisboa: na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1791.

SABINO, Joaquim José (1818). *Nova Castro*. Lisboa: Imprensa Régia, 1818.

SABINO, Joaquim José (1840). *A Sua Magestade Imperial O Senhor D. Pedro Segundo, Imperador e Perpetuo defensor do Império do Brasil. No Faustíssimo dia anniversario do seu Segundo Nascimento. Feitas e dedicadas por Joaquim Jozé Sabino, Desembagador da Relação do Maranhão*. Maranhão: Typographia da Temperança, anno de 1840.

SABINO, Joaquim José (1841). *Ao Senhor Dom Pedro Segundo e Perpetuo defensor do Império do Brasil, No Augusto dia da sua Solemne Coroação. Epistola por Joaquim Jozé Sabino, Desembargador da Relação do Maranhão*. Maranhão, Typographia Monarchica Const. de F.de S. N. Cascaes, anno de 1841.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves (1883). *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883.

SILVA, Innocencio Francisco da (1858). *Dicionário bibliografico portugues*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858 (4 tomos).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1854). *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

## Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império*. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão (1822-1827) in JANCSÓ, Istvan. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HICITEC, 2005, p. 345-378.

BASÍLIO, Romário Sampaio. “As gentes do livro no Maranhão”: Um livreiro português na província (1799-1819). In *Anais do III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Impressos no Brasil do século XIX*. São Luís: UEMA, 2013, p. 1-9.

\_\_\_\_\_; GALVES, Marcelo Cheche; PINTO, Lucas G. C. Gramáticas e Dicionários em circulação pelo Maranhão no início do Oitocentos In CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez; CASTRO, César Augusto. (Org.). *Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica*. São Luís: EDUFMA, Café & Lápis, 2016, v. 1, p. 197-214.

\_\_\_\_\_; GALVES, Marcelo Cheche. Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *Clio. Série História do Nordeste (UFPE)*, v. 32, 2014, p. 156-175.

\_\_\_\_\_. Raimundo José de Sousa Gaioso e os 200 anos da publicação do Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão (1818): notas bibliográficas (2018). São Luís: *Revista Outros Tempos, Pesquisa em Foco, História*, vol. 15, nº26, 2018, ISSN: 1808-8031. DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i26.654>.

BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da Censura em Portugal: ensaio sobre a compreensão do pensamento português*. Lisboa: Editora Moraes, 1993.

BONFIM, Manuel (1929). *O Brasil na História. Caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2013.

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. Fernando Antonio Soares de Noronha: um imbecil ou um homem de seu tempo? In COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café & Lápis: Editora UEMA, 2011, p.19-36.

CARREIRA, Laureano. *O Teatro e a Censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação da Ordem/ Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Relume, 1996.

CASTRO, Armando. *O pensamento económico no Portugal Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

CIRINO, Raissa G. Vieira. *Pelo bem da “Pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. UFMA: São Luís, 2015.

CURTO, Diogo Ramada. Maranhenses, Bandeirantes, peruleiros e escravos in *Cultura Imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2009, 281-306.

FREYRE, Gilberto (1942). *Sobrados e mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1985.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial. Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Ed. Uema/Café & Lápis, 2015.

\_\_\_\_\_. Saberes Impressos, Correspondências e Expedições Científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014, p. 119-136. ISSN:1808-8031.

MEIRELES, Mário Martins (1960). *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001 (Coleção Maranhão Sempre).

MÓNICA, Maria Filomena (1992). Negócios e política: os tabacos (1800-1890). *Análise Social*, vol. XXVII, 116-117, 1992, n.º 2.º-3.º, p.461-479.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

REBELLO, Luís Francisco. *O teatro romântico (1838-1869)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do livro na América Portuguesa*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Romário Sampaio Basílio** é doutorando em Estudos sobre a Globalização pela Universidade Nova de Lisboa (NOVA).

---

Recebido em 05/11/2018

Aceito em 08/12/2018